

MEC definirá como vai receber reclamações

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Logo após a Semana Santa, o Ministério da Educação vai reunir seus delegados e os presidentes dos conselhos estaduais de educação para discutir a melhor forma de receber as reclamações dos pais dos alunos e avaliar as denúncias da imprensa a respeito do abuso no aumento das mensalidades escolares em todo o País. A informação foi prestada ontem pelo secretário adjunto do MEC, Hélio Mattos, que rejeitou a proposta de criação das centrais de reclamação, sugerida pela Associação das Escolas Particulares de São Paulo.

"SOLUÇÃO DEMORADA"

O presidente da Federação Nacional das Associações de Pais de Alunos (Fenapa), Luís Cassemiro, não acredita que a situação se altere "com ou sem reclamação, pois essa é uma maneira tímida de tentar evitar a prática de abuso no reajuste das mensalidades escolares". Para Cassemiro, embora de agora em diante possa ficar mais fácil recorrer ao MEC, a solução do processo continuará demorada, já que os conselhos estaduais de educação, de posse das reclamações, irão solicitar das escolas as planilhas de custos, para estudá-las e depois dar seu parecer. "Se houver algum abuso, os pais dos alunos vão demorar a receber de volta o que pagaram a

segundo Mattos, os conselhos estaduais são órgãos habilitados a receber reclamações e já têm estrutura para isso, enquanto às delegacias estaduais cabe um papel orientador, no sentido de ajudar os pais dos alunos a encaminhar suas queixas. "Os conselhos estaduais de educação são responsáveis pelos reajustes de mensalidades desde 1969 e têm competência para receber as reclamações e estudar as planilhas de custos das escolas. As delegacias do MEC montadas em todos os estados podem completar o trabalho dos conselhos estaduais, tirando as dúvidas e encaminhando ao ministério as reclamações", disse Hélio Mattos.

mais, já que a solução do processo demoraria, no mínimo, uns três meses."

Para o presidente da Fenapa, só existe uma forma de controlar as mensalidades escolares: "revogar o Decreto nº 95.720, que as liberou, e buscar nova fórmula". Cassemiro insiste na adoção das sugestões que a Fenapa encaminhou ao MEC há 15 dias, pedindo a revogação imediata do Decreto nº 95.720, adotando-se para o primeiro semestre a mensalidade que as escolas cobravam em dezembro, reajustada pela URP a partir de então. Para o segundo semestre, segundo a proposta, seria utilizada uma fórmula que levaria em conta os custos das escolas mais uma margem de lucro de 10%.